

A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: FOCO NO PROCESSO DE LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

THE EVALUATION IN THE SCHOOL CONTEXT: FOCUS ON THE PROCESS OF READING AND WRITING IN THE INITIAL YEARS OF FUNDAMENTAL TEACHING

Kênia Cristina Borges Dias¹

Rayssa Morais Amorim²

Renata Jardim Gonçalves³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo a análise da importância e da maneira de avaliar no processo de leitura e a escrita, que está em toda parte do nosso cotidiano, portanto, para nortear nossa pesquisa, utilizamos com base fundamental para o estudo Freire (1989), Libâneo (1999), Martins (1994), Kleimar (2008), dentre outros. Será um momento de reflexão no que tange a avaliação, pois ela pode ser considerada um recurso de mediação para acompanhar a evolução da leitura e da escrita de um aluno, através da avaliação investiga-se o que o aluno já sabe, o que precisa aprender. Considera-se também as dificuldades que os educandos enfrentam com relação ao processo de leitura e escrita. O professor contribui para o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever, ele é o mediador do conhecimento, motivando cada vez mais a aprender. Portanto, a escola tem o dever de garantir aos alunos o acesso à leitura e a escrita.

Palavras-chave: Aprendizagem. Avaliação. Escrita. Inclusão

ABSTRACT: This article aims to analyze the importance and the way of evaluating in the process of reading and writing, which is in every part of our daily life, therefore, to guide our research, we use with fundamental basis for the study Freire (1989), Libâneo (1999), Martins (1994), Kleimar (2008), among others. It will be a moment of reflection regarding the evaluation, since it can be considered a mediation resource to follow the evolution of reading and writing of a student, through the evaluation investigates what the student already knows, what needs to learn. It is also considered the difficulties that students face in relation to the reading and writing process. The teacher contributes to the development of the ability to read and write, he is the mediator of knowledge, motivating more and more to learn. Therefore school has a duty to guarantee students access to reading and writing.

Key words: Learning. Evaluation. Writing. Inclusion.

¹ Mestra em Literatura Crítica pela PUC-GO. Prof.keniacristina@hotmail.com

² Pedagoga – FAI

³ Pedagoga – FAI

INTRODUÇÃO

Propôs-se neste artigo a análise da importância e da maneira de avaliar o processo de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois acreditamos que seja árduo no início da vida de um futuro leitor.

A leitura e a escrita estão em toda parte, e precisamos dela nas mais diferentes situações do cotidiano. Na aprendizagem da leitura e da escrita, a criança percorre um caminho individual e próprio, ou seja, a partir do momento que a criança tem contato com uma diversidade de materiais para leitura, tais como: rótulos, embalagens, cartazes, livros e revistas, ela está, sobretudo, iniciando o seu processo de descoberta do código escrito.

Propõe-se verificar a avaliação como recurso de intercessão para acompanhar a evolução da leitura e da escrita, bem como conferir problemas de aprendizagem dos alunos nessas duas modalidades, e poder, diante dos problemas, refletir e rever algumas práticas pedagógicas que poderão contribuir de maneira satisfatória nesse processo.

Sabe-se que, o ensino-aprendizagem da leitura nos espaços escolares é algo que deve ser vivenciado a todo instante, tanto na oralidade como na escrita. A esse respeito, Lerner (2002) ressalta a necessidade de fazer da escola uma comunidade de leitores que recorrem aos textos buscando respostas para todos os problemas que necessitam resolver, tratando de encontrar informações para compreender melhor algum aspecto do mundo. Ainda destaca que, o necessário é preservar na escola o sentido que a leitura e a escrita têm como práticas sociais.

Os alunos no Ensino Fundamental enfrentam muitas dificuldades na prática da leitura e da escrita. Por esse fato, é preciso incentivá-los aos hábitos de leitura e escrita, principalmente em ambiente escolar. Nesse sentido, é relevante utilizar diagnósticos significativos para auxiliar a novas práticas pedagógicas, o qual proporcionará melhorias neste processo.

Logo, pode-se levantar o seguinte questionamento: de que forma a avaliação pode ser considerada um recurso de mediação para acompanhar a evolução da leitura e da escrita de um aluno?

Ao considerar as dificuldades que os educandos enfrentam com relação ao processo de leitura e escrita, é fundamental rever e refletir acerca das avaliações desenvolvidas em contexto escolar, com o intuito de observar se o aluno alcançou o objetivo desejado e planejado pelo professor da turma. Nesse caso, as hipóteses levantadas foram:

- Através da avaliação investigar o que o aluno já sabe, o que precisa aprender, o que já faz sozinho e o que pode fazer com o auxílio adequado e oportuno do professor;
- Atividades elaboradas que envolvem diversas habilidades e desenvolvidas pelas crianças de forma conjunta, na prática de leitura e de escrita;
- Interação com novos conhecimentos, principalmente a criança que está começando a ler, a realizar os primeiros registros escritos e a participar de uma nova função social e cultural: a escrita.

A temática tem como mote perceber a avaliação como um recurso de mediação no processo da leitura e da escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Analisar a avaliação como recurso de mediação para acompanhar a evolução da leitura e da escrita; investigar problemas de aprendizagem dos alunos durante o processo de leitura e escrita; refletir acerca de algumas práticas pedagógicas que poderão contribuir de maneira satisfatória durante a aprendizagem da leitura e da escrita.

1. Concepções de leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental

A criança ao adentrar a escola possui uma série de experiências e conhecimentos sobre a leitura e a escrita. Porém, sua compreensão é ainda muito restrita e necessita da intervenção do professor para que possa ampliar seu universo em torno do símbolo escrito. Nesse sentido, Kleiman (2008) pontua que a leitura precisa permitir que o leitor aprenda o sentido dos textos e não pode transformar-se em mera decifração de signos linguísticos, sem a compreensão dos mesmos.

Magda Soares (2003) ressalta que sempre se interessou pela questão da leitura, por acreditar no ato de ler como algo imprescindível ao ser humano. Foi através da leitura que a autora pode observar o mundo de uma forma mais crítica, visto que a leitura permite novos conhecimentos, novas habilidades e desperta sentimentos e emoções. Assim, um indivíduo pode ser considerado leitor quando compreende o que se lê. Ler é antes de tudo compreender, por isso, não basta codificar sinais. É necessário transformar e ser transformado. Portanto, pode-se dizer que a

leitura é uma atividade ou um processo cognitivo de construção de sentidos realizado por sujeitos sociais inseridos num tempo histórico, numa dada cultura. Entender a leitura como processo de construção de sentidos significa dizer que quando alguém lê um texto não está apenas realizando uma tradução literal daquilo que o autor do texto quer significar, mas que está produzindo sentidos, em um contexto concreto de comunicação, a partir do material escrito que o autor fornece. (CAFIERO, 2005, p. 17)

Paulo Freire afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. (1989, p. 9). Quando temos conhecimentos prévios com relação aos saberes que nossos alunos possuem, podemos planejar melhor o trabalho em sala de aula e, principalmente, como organizar metodologicamente as aulas para atender as necessidades dos alunos. É necessário levar em consideração, que o alunado possui necessidades distintas, e, por isso, precisa-se adotar um acompanhamento diversificado e individualizado. Kleiman acrescenta que

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto [...] pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão (KLEIMAN, 2008, p.13).

É importante ver o ato de ler como um processo de descobertas acerca de diferentes indivíduos, grupos sociais e culturais, inseridos em uma determinada realidade e em um momento histórico específico, uma vez que é através da leitura que acontece a interação do indivíduo com o mundo.

Martins complementa que “ler é usualmente relacionado com a escrita, e o leitor visto como decodificador da letra” (1994, p. 7). A referida autora acrescenta que “se o conceito de leitura está geralmente restrito à decifração da escrita, sua aprendizagem, no entanto, liga-se por tradição ao processo de formação global do indivíduo, à sua capacitação para o convívio social, política, econômica e cultural” (1994, p. 22).

Antes da leitura o indivíduo já tem uma prévia do que vai ler, pois a curiosidade é aguçada e auxilia no processo de novas descobertas, não apenas para conhecimento momentâneo e sim para a vida. Para corroborar este pensamento Cafiero conduz o leitor a um processo de descoberta e de construção, para o autor,

[e]ntender a leitura como processo de construção de sentidos significa dizer que quando alguém lê um texto não está apenas realizando uma tradução literal daquilo que o autor do texto quer significar, mas que está produzindo sentidos, em um contexto concreto de comunicação, a partir do material escrito que o autor fornece. Nesse processo, o leitor busca no texto um ponto de partida, um conjunto de instruções, relaciona essas instruções com as informações que já fazem parte de seu conhecimento, com o que já aprendeu em outras situações, produzindo sentidos ou construindo coerência para o texto (CAFIERO, 2005, p. 17).

O professor ao conduzir o aluno a ter domínio tanto da leitura quanto da interpretação, faz com que compreenda que não está aprendendo outra língua e, sim, está num processo de desenvolvimento da língua escrita, isto porque a língua falada não é a mesma que escrevemos. As crianças, em contato com o mundo da leitura, adquirem distintos conhecimentos. Elas passam a ter um olhar diferenciado com relação ao meio onde vivem e, também, aprimoram o processo de escrita, que não é simplesmente montar e desmontar palavras e sílabas. O estudante obtém uma visão real do que a escrita é, de como ela funciona, o que facilitará inclusive o aprendizado da própria forma ortográfica.

Segundo Dutra (2011) uma das competências mais importantes a ser trabalhada com o aluno é o processo de leitura. E na contemporaneidade percebe-se que essa ação é uma das principais deficiências do estudante brasileiro. Uma leitura de qualidade representa a oportunidade de ampliar a visão de mundo.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998), a leitura tem um papel muito importante no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, uma vez que, a partir do desenvolvimento da sua competência leitora, esse aluno torna-se hábil a adquirir as disciplinas propostas pelo currículo (Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, etc.) de forma mais eficaz. A competência leitora é construída com práticas de leituras existentes dentro de sala de aula, com a finalidade de formar leitores e produtores de textos aptos para o manejo claro e acentuado de diversos gêneros textuais. Segundo orientações do referido documento,

[u]m leitor competente é alguém que, por sua iniciativa própria, é capaz de selecionar dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade (BRASIL, 1998, p.15).

Dessa maneira, compreendemos que para formar um leitor competente é preciso que o mesmo compreenda o que se lê e que saiba posicionar-se em busca de informações implícitas, ou seja, o leitor deve ter noção de que ao se ler, é possível refutar ou confirmar as informações. É necessário que esse leitor utilize práticas constantes de leituras, de vários textos que circulam socialmente. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pontua que é fundamental

- compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
- Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
- Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo (BRASIL, p. 85, 2017).

Um indivíduo pode ser considerado leitor quando passa a compreender o que se lê e faz uso da mesma em todo o seu contexto social. Ler é antes de tudo compreender. A leitura é um ato que depende de estímulo e de motivação continua. Sua prática é tarefa essencial para a construção do conhecimento e formação do indivíduo, além de ser geradora de sentimentos, opiniões e críticas, exercendo sobre o indivíduo o poder de expandir seus horizontes.

Uma questão que precisa ficar bem clara é que a leitura não deve ser imposta ou obrigatória para o aluno, ela precisa ser algo prazeroso e que contribua para a formação individual e social do homem, portanto, é fundamental conhecer o processo de escrita bem como os conceitos referentes à essa temática.

O processo de aprendizagem percorre inúmeros caminhos, os quais são fundamentais para a formação do indivíduo, que necessita transformar e ser transformado, pois a escrita não é um código que simplesmente transpõe graficamente as unidades sonoras mínimas da fala (os fonemas), mas um sistema e representação escrita, notação dos segmentos sonoros da fala (FERREIRO, 1995).

O processo de escrita é parte integrante na vida escolar e cotidiana de uma criança, pois é por meio dela que acontece a comunicação com o mundo, demonstra a sua importância como fator cognitivo e proporciona aos alunos a possibilidade de interagir com a realidade de forma crítica. A produção textual “é o ponto de contato entre escritor e leitor, é o material concreto que permite a quem escreve partilhar com quem lê suas ideias, intenções, crenças e ideologias” (CAFIERO, 2005, p. 17).

É relevante destacar que “a escrita, seja ela qual for, tem como objetivo primeiro permitir a leitura” (CAGLIARI, 2003, p. 103). A escrita é uma aliada essencial da leitura, visto que ambas caminham acopladas, ou seja, não pode-se compreender um indivíduo que lê, mas não escreve, ou vice-versa, pois “quem escreve, escreve porque alguém lê. A possibilidade da leitura está, para alguns autores, na motivação da escrita, o que implica uma

anterioridade da leitura em relação à escrita: se faz traço porque ele pode ser reconhecido. (PASTORELLO, 2010, p. 27).

De acordo com essa vertente, escrever é apenas uma decorrência do fato de uma pessoa saber ler. Logo, alfabetizar engloba favorecer e estimular o aluno a um domínio amplo de leitura e escrita, em relação à compreensão, interpretação e utilização correta desses em seu cotidiano. A escrita é, dessa forma, um espaço importantíssimo de manifestação das peculiaridades dos indivíduos. Diante disso, perceber e entender como se organiza a reconstrução da linguagem por meio da forma escrita é papel de todo educador. ABAURRE esclarece que

a aquisição da escrita é um momento particular de um processo mais geral de aquisição da linguagem. Através do contato com a representação escrita da língua que fala, o sujeito reconstrói a história de sua relação com a linguagem. A contemplação da forma escrita da língua permite que ele reflita sobre a própria linguagem, chegando, muitas vezes, a manipulá-la conscientemente, de uma maneira diferente da maneira pela qual manipula a própria fala (ABAURRE, 1992, p.44).

Nesse aspecto, percebe-se que a aprendizagem da língua escrita, pela criança, acontece por meio de um processo interação com o meio em que vive. Tal processo é construído muito antes da inserção do estudante no ambiente escolar, ou seja, a construção da linguagem escrita inicia a partir dos primeiros contatos do sujeito com os atos de ler e de escrever: ouvir histórias, observar outras pessoas escreverem. O contato com a língua escrita, em geral acontece por meio da família, ao observar o pai ou a mãe ler um livro, um bilhete, uma receita, o jornal e outros impressos escritos presentes no nosso cotidiano.

É fundamental que o indivíduo tenha contato direto e indireto com a língua escrita por meio de práticas diárias, as quais se efetivaram no processo ensino aprendizagem tanto no meio escolar quanto no meio familiar.

2.1 As Práticas de Leitura e Escrita que se Efetivam na Escola: Ensino Fundamental I

No início da vida escolar, para as crianças aprenderem a ler e a escrever com qualidade, é necessário que tenham acesso a diversificados e bons modelos de leitura, bem como observar e utilizar a escrita em diferentes contextos. É preciso oferecer inúmeras oportunidades para que as crianças se sintam motivadas a ler e, dessa maneira, as diferentes formas de escrita aconteçam com mais autonomia. As crianças aprendem pelo exemplo, por isso, pais e professores que leem transferem para os filhos e a alunos o gosto pela

leitura. Acredita-se que ninguém se torna leitor por um ato de obediência, ninguém nasce gostando de leitura. A influência dos adultos como referência é bastante importante para quem lê ou escreve.

De acordo com essa vertente pode-se dizer que

o desenvolvimento dos interesses e os hábitos permanentes da leitura é um processo constante que começa no lar, aperfeiçoa-se sistematicamente na escola e continua pela vida a fora, através de influências atmosféricas culturais gerais e dos esforços conscientes da educação e da escola (BAMBERGER, 1988, p. 92).

Faraco (2001) ressalta que alfabetizar é mais que ensinar a grafar e a reconhecer a forma das palavras. O ensino da grafia é apenas parte de um processo mais amplo de domínio da linguagem escrita. Alfabetizar implica em favorecer e estimular no aluno um domínio vasto da leitura e da escrita em relação à compreensão, interpretação e utilização correta desses sistemas, com ênfase nas tecnologias da era moderna.

A sociedade contemporânea utiliza novos recursos para facilitar a escrita e a leitura, no entanto mesmo com a modernidade o processo de leitura com o material físico ainda se faz presente, o que pode ser confirmado e analisado pela vertente de Padilha.

Em tempos modernos no qual a televisão, o computador e a internet são peças-chaves da sociedade, a leitura e a escrita não perderam seu valor como necessidade social, mas, passou a ser um grande desafio para a escola mostrar a importância de saber ler e escrever, considerando que por falta de conscientização sobre o hábito da leitura e da escrita cada vez mais, os alunos apresentam sérios problemas na organização do pensamento e da escrita (PADILHA, 2007, p. 54).

É importante no momento de construção da aprendizagem da criança que o ambiente de sala de aula, seja convidativo de tal forma que seja interessante para as crianças, que ative o desejo de produzir e o prazer de estarem ali. O professor por sua vez, deverá atuar como mediador, e ser antes de tudo um leitor. Precisa ler para os alunos, ler com eles e saber ouvir com entusiasmo as leituras dos textos que eles próprios produzem e escolhem para ler. Segundo Solé,

quando um leitor compreende o que lê, está aprendendo; à medida que sua leitura o informa, permite que se aproxime do mundo de significados de um autor e lhe oferece novas perspectivas ou opiniões sobre determinados aspectos [...] etc. A leitura nos aproxima da cultura, ou melhor, de múltiplas culturas e, neste sentido, sempre é uma contribuição essencial para a cultura própria para do leitor. Talvez pudéssemos dizer que na leitura ocorre um processo de aprendizagem não intencional, mesmo quando os objetivos do leitor possuem outras características, como no caso de ler por prazer. (SOLÉ, 1998, p. 46).

Formar um leitor ativo supõe formar alguém que compreende o que lê, identificando elementos implícitos que determinam relações entre o texto que lê e outros textos já lidos. Por isso, a escola deve ultrapassar a concepção de leitura e escrita como algo sistemático ou com uma decodificação entre som e grafia, que precisa romper essa crença.

Dessa maneira, os professores contribuem para o desenvolvimento dessa capacidade de ler e escrever, quando buscam formas interessantes de ensinar aos alunos, como mediador do conhecimento, motivando-os cada vez mais a aprenderem. A mediação do professor é muito importante, pois, favorecerá a compreensão das crianças. E para que esta compreensão aconteça, ele precisa oferecer tarefas prazerosas e proporcionar aos alunos a familiaridade com diversos gêneros textuais em que elas irão analisar, comparar, interpretar, sistematizar e consequentemente o aprendizado se dará de forma reflexiva.

2. Avaliações contemporâneas x avaliações tradicionais

Uma boa avaliação, dentro do quadro educacional, se concentra na identificação dos conhecimentos e habilidades atuais do aluno para saber o grau de aprendizagem alcançado. É assumida como parte integrante e instrumento de auto regulação do processo de ensino e aprendizagem, para que os objetivos propostos sejam atingidos. A avaliação diz respeito não só ao aluno, mas também ao professor e ao próprio sistema escolar, ou seja, a avaliação é “substancialmente reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano de pensar sobre seus atos, analisá-los, julgá-los, interagindo com o mundo e com os outros seres, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir”. (Hoffmann, 2001, p. 10)

Podemos observar que, quando a criança inicia o processo escolar, inicia-se, também, um seguimento excessivo e árduo de construção de conhecimentos, que é a capacidade gradativa de leitura e da escrita. Nesse aspecto, a avaliação é considerada como um instrumento favorecedor na melhoria da qualidade da aprendizagem.

E para que isso ocorra da melhor forma possível, precisamos observar sempre como as crianças estão se desenvolvendo, quais as suas atitudes em relação à aprendizagem, como se dá a socialização com as práticas que norteiam a alfabetização que são: ouvir, falar, ler e escrever (BRASIL, p. 27, 1998).

Dessa forma, para avaliar o desenvolvimento dos alunos no contexto de aprendizagem da leitura e da escrita, é necessário planejar objetivos a serem obtidos por essas crianças, ou seja, se temos como objetivo global que o aluno desenvolva habilidades de ouvir

com atenção, por meio de relatos do cotidiano, temos que elaborar atividades para que esse objetivo seja alcançado. De acordo com Libâneo, a avaliação é

uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar. A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar (LIBÂNEO, 1994, p. 195).

A leitura e a escrita são as formas de linguagem mais avaliadas pela escola, ou seja, são fundamentos para a avaliação escolar. Logo, pode-se dizer que avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o aluno aprendeu ou não, pode assim, refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor e gerar mudanças significativas.

Segundo os PCNs, é durante a avaliação escolar que se determinam as expectativas de aprendizagem dos alunos em decorrência do ensino e, também precisam “se expressar nos objetivos, nos critérios de avaliação propostos e na definição do que será considerado como testemunho das aprendizagens” (BRASIL, p. 58, 1998).Então, é fundamental

compreender que a leitura e a escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento — a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade” nos textos escritos). São práticas que permitem ao aluno construir seu conhecimento sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita (BRASIL, p.58, 1998).

Nesse contexto, a prática de leitura e escrita, confirma que o docente é a referência de leitor, permite que seus leitores vejam a importância da leitura em suas vidas e nas relações sociais. Uma prática intensa de leitura na escola é necessária, porque com o processo de leitura se ensina tanto a ler quanto a escrever e, o objetivo da escola é deixar de ser um espaço de interpretação nulo, para se tornar um espaço de aprendizagem significativo com relação ao ato de leitura.

Portanto, nesse caso, a avaliação da aprendizagem escolar precisa estar presente na rotina da sala de aula, pois é utilizada como um dos aspectos complementares do processo ensino-aprendizagem, visto que a avaliação da aprendizagem é uma leitura orientada da realidade, a qual professor/avaliador/leitor levanta indícios para construir sentido para a realidade observada (HADJI, 2001).

3.1 Avaliações tradicionais: benefícios e dificuldades

A avaliação tradicional, centrada em provas, ainda predomina na maioria de nossas escolas. A visão tradicional trata-se do controle externo do aluno mediante notas e conceitos, compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional, ou seja, a avaliação tradicional é utilizada como instrumento de controle, de medida, de comparação e de classificação, atribuindo valores mediante aspectos quantitativos.

De acordo com Libâneo (1994), a avaliação da aprendizagem nesta abordagem é vista pela verificação de curto e de longo prazo, tais como: interrogatórios orais, exercícios para casa, provas escritas, trabalhos, dentre outros mecanismos de avaliação. O reforço será sempre negativo, por meio de notas baixas, rótulos tais como fraco, insuficiente, defasado e outros. Já o reforço positivo vem por meio de notas altas e rótulos de forte, estudioso, esforçado, interessado. A responsabilidade do fracasso ou do sucesso é sempre do aluno. Ele alcança ou não o mérito necessário para que ocupe posições mais elevadas na sociedade.

Essa prática avaliativa, que reduz a avaliação da aprendizagem apenas ao ato de atribuir notas ou conceitos aos alunos, retira da escola a possibilidade de utilização da avaliação como ferramenta de reflexão, tanto da ação docente como também do planejamento da escola. O alvo dos alunos é a promoção, discutem-se as regras e os modos pelos quais as notas serão obtidas para a promoção de uma série para outra (GONÇALVES; LARCHET, 2011).

A avaliação, se bem elaborada, será um instrumento infalível a serviço do processo de aprendizagem dos alunos. No entanto, esse método sofre muitas críticas, visto que na educação básica, a avaliação não pode mais servir para selecionar quem passa, quem reprova e para dividir a turma numa maioria de alunos médios, cercada por uma minoria de melhores e outra de piores do que a média. Libâneo assegura que “a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa” (LIBÂNEO, 2013, p. 216).

Libâneo (2013) afirma também que o processo de atribuir notas, apenas com base em provas escritas, tem seus percalços uma vez que a avaliação é uma ferramenta para orientar os alunos a rever o processo de ensino-aprendizagem. Nesse caso, nota-se que os exames tradicionais têm muitos problemas tais como, o único a ser avaliado é o aluno, em algumas séries somente há um professor para avaliar, o que vale são os resultados e apenas o conhecimento é avaliado, o que vale é a quantidade e não a qualidade, e pode-se proferir ainda, que a avaliação tradicional instiga a concorrência e a competição no ambiente escolar.

Desse modo, este método de avaliação torna-se repreensivo e gasto, visto que o aluno é apenas reprodutor daquilo que ele memorizou. Avaliar não consiste somente em aplicar provas e dar notas, avaliar vai muito mais além. A avaliação da aprendizagem deve acontecer de forma contínua e progressiva, buscando compreender as facilidades e dificuldades de assimilação dos conteúdos por parte dos alunos.

Segundo Libâneo, “a prática da avaliação em nossas escolas tem sido criticada sobretudo por reduzir-se à sua função de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos relativa às notas que obtiveram nas provas” (2013, p. 219). Nesse sentido, percebe-se que existem quatro equívocos que são praticados nas unidades escolares,

- O mais comum é tomar a avaliação unicamente como o ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos.
- O outro equívoco é utilizar a avaliação como recompensa aos “bons” alunos e punição para os desinteressados ou indisciplinados [...] Nestas circunstâncias, o professor exclui o seu papel de docente, isto é, o de assegurar as condições e meios pedagógicos-didáticos para que os alunos sejam estimulados e aprendam sem necessidade de intimidação.
- O terceiro equívoco é o dos professores que, por confiarem demais em seu “olho clínico”, dispensam verificações parciais no decorrer das aulas.
- O quarto equívoco é daqueles professores que rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor de dados qualitativos. Consideram que as provas de escolaridade são prejudiciais ao desenvolvimento autônomo das potencialidades e da criatividade dos alunos. Acreditam que, sendo a aprendizagem decorrente preponderantemente da motivação interna do aluno, toda situação de prova leva à ansiedade, à inibição e ao cerceamento do crescimento pessoal. Por isso, recusam qualquer quantificação dos resultados (LIBÂNEO, 2013, p. 219-220).

Portanto, a avaliação é um assunto problemático, visto que tem sido uma importante ferramenta de controle social ao classificar, hierarquizar, homogeneizar e normalizar as pessoas, mas altamente criticado e, mesmo assim, utilizado e cobrado pelo sistema educacional.

Na avaliação tradicional, a classificação do aluno acontece a partir do processo corretivo, ou seja, elimina-se a subjetividade e evita que se cometam injustiças na contagem

de erros e acertos. Esta forma avalia a fração do conhecimento e desvincula aquilo que o aluno lembra sobre o que lhe foi transmitido, daquilo que ele pode fazer com o que aprendeu.

3.2 Avaliações contemporâneas, provocações, metamorfoses e metodologias

A avaliação é uma das etapas da atividade escolar, por isso, é preciso que esteja em conformidade com o objetivo do processo ensino-aprendizagem e com a possibilidade de perceber nos aprendizes suas dificuldades, seus progressos e assim, mediar o processo de apropriação do conhecimento em consonância com a função social da escola que é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, a fim de possibilitar ao aluno condições de emancipação humana. Nesse sentido,

a pedagogia contemporânea defende uma concepção de avaliação escolar como instrumento de emancipação, ou seja, a avaliação deve ser entendida como processo, como meio e não como fim. Não se pode conceber a avaliação fora de um contexto, uma vez que a avaliação deve ser mediadora. De acordo com uma avaliação mediadora, é possível desenvolver uma proximidade e intimidade maior com o processo ensino-aprendizagem, transformando a ação avaliativa em um momento de ação da aprendizagem, e ainda, em um momento de ação-reflexão-ação que apoiará futuras intervenções em relação ao currículo e seus desdobramentos no projeto político pedagógico de um curso. (CARMINATTI; BORGES, 2012, p. 174).

A avaliação da aprendizagem nada mais é que um intermédio do aluno para seu próprio desenvolvimento pessoal, elevando seu nível de ampliação com probabilidades de superar seus limites. Logo, na contemporaneidade o docente trabalha com diferentes técnicas de avaliação, ou seja, faz-se deste período avaliativo um momento de reflexão em todos os níveis e sentidos. Acredita-se na capacidade de vencer os desafios propostos no seu cotidiano de forma mais qualificado, portanto,

Podemos pensar na avaliação mediadora como um processo de permanente troca de mensagens e de significados, um processo interativo, dialógico, espaço de encontro e de confronto de ideias entre educador e educando em busca de patamares qualitativamente superiores de saber. (HOFFMANN, 2001, p. 76)

A avaliação mediadora proporciona ao aluno a construção do seu próprio conhecimento, respeita e valoriza suas ideias, isto é, o aluno coloca em prática toda sua vivência de mundo. Dessa forma, o processo de aprendizagem, por meio da avaliação mediadora, torna-se contínuo, pois o professor dispõe de recursos de intervenção adequados que auxilia os alunos na apropriação de conhecimentos significativos, sem o sentimento de obrigação, ou seja, o aprendizado ocorre de maneira natural com mais facilidade de internalização do conteúdo aplicado em sala de aula.

Gasparini (2005) acredita que é perfeitamente possível, no atual momento histórico, relacionar uma nova cultura avaliativa da aprendizagem com o fazer pedagógico sugerido na proposta dialética de trabalho docente-discente que parte da prática, vai a teoria e retorna à prática.

Deste modo, a educação ofertada pela instituição escolar deve possibilitar o processo dialético de trabalho pedagógico para formar alunos autônomos em sua aprendizagem e em seu desenvolvimento humano, produtores de conhecimento crítico e significativo, conscientes e compromissados com a melhoria do seu meio social.

As concepções contemporâneas priorizam a avaliação do processo de construção do conhecimento confirmando que esta avaliação se dá através de três momentos: síntese, análise e síntese. O professor acompanha a construção do aluno e percebe o nível em que o mesmo se encontra (mais ou menos sincrético), bem como “as elaborações sintéticas, ainda que provisórias, possibilitando a interação na perspectiva de superação do senso comum” (VASCONCELLOS, 2005, p.72).

Cabe à escola, buscar a socialização através das ações pedagógicas que nela e desenvolvida, realizar tarefas coletivas, cuidar para que estas sejam desenvolvidas pelo grupo e não por um único componente. Nesse caso, é preciso ensinar os alunos a trabalhar individualmente e em grupos e a serem responsáveis na execução do seu trabalho. Tal procedimento faz com que os mesmos se sintam como partes integrantes de um grupo e de um contexto social mais amplo.

Segundo Vasconcellos (2005), deve-se avaliar para mudar o que tem que ser mudado. A avaliação deve ter efeito prático, ou seja, para o professor mudar a forma de trabalhar retomando conteúdos, explicar de outra maneira, mudar a forma de organizar o trabalho em sala de aula e dar atenção especial aos alunos que apresentam maior dificuldade; quanto à escola, proporcionar mais condições de estudo, criar espaço para recuperação, rever o currículo, incentivar a integração entre professores e desenvolver sempre alternativas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo o coletivo escolar.

Nesse aspecto podemos ressaltar que, com a avaliação mediadora é possível compreender que cada aprendizagem tem o seu momento próprio e é diferenciada em cada aluno, propiciando tanto ao professor quanto ao aluno momentos de reflexões sobre as práticas pedagógicas utilizadas. Libâneo assegura que,

o entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos[...]a quantificação deve transformar-se em qualificação, isto é, numa apreciação qualitativa dos resultados verificados. [...] a escola, os professores, os alunos e os pais necessitam da comprovação quantitativa e qualitativa dos resultados do ensino e da aprendizagem para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido. (LIBÂNEO, 2013, p. 221).

Diante disso, verificamos que ao avaliar o aluno o professor também avalia o seu trabalho, portanto a avaliação está sempre presente na sala de aula e faz parte da rotina escolar. Então, surge a necessidade do professor aperfeiçoar suas técnicas de avaliação e construir um cenário avaliativo que seja convidativo à aprendizagem, organizados de forma significativa que permita ao aluno confiança e espaço para as suas descobertas, ou seja, o objetivo maior da escola não deve ser passar conteúdos, mas preparar todos para a vida em uma sociedade moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem o dever de garantir aos alunos o acesso a uma educação de qualidade, que engloba diversos fatores, dentre eles, a leitura e a escrita. O professor deve aplicar atividades bem elaboradas e incentivadoras, uma vez que o seu papel é proporcionar momentos que a leitura e a escrita possam acontecer de maneira mais eficiente, por meio do contato direto com diversos tipos de textos. Portanto, esta pesquisa não tem como objetivo tirar conclusões definitivas, porque lidamos com seres humanos, por isso, sempre haverá abertura para outras investigações neste campo.

No trabalho propusemos uma ação integradora entre professor e aluno, através do desenvolvimento da avaliação da leitura e escrita. A intenção foi que estes não olhassem para o processo apenas como códigos decodificados, porém indo em busca de alternativas a serem trabalhadas com os alunos, de forma que sejam reconhecidos como seres capazes de aprender.

Vivemos em uma sociedade onde a leitura e escrita está por toda parte, independente de saberem ler e escrever nossas crianças habituem-se com essa modalidade em seu dia a dia. Foi possível considerar que a experiência prévia leva o ser humano a aprender com mais facilidade, o conhecimento anterior com imagens, histórias, palavras e fatos estão em suas memórias, estas ações estão ligadas a convívios culturais.

Com esse trabalho deparamos com ideias de autores que nos levaram a entender que na prática tradicional a avaliação escolar há muito tempo empregava –se para classificar, selecionar os alunos e como instrumento de disciplina e autoritarismo em sala de aula, e não como aprendizagem e a ação pedagógica. No campo educacional moderno, surge a avaliação mediadora onde propõe um modelo fundamentado no diálogo e aproximação do aluno com professor de forma que as práticas de ensino sejam repensadas e modificadas de acordo com a realidade de cada aluno. A avaliação mediadora possibilita ao aluno construir seu conhecimento, respeitando e valorizando suas ideias de modo geral.

Compreendendo que a leitura e escrita são práticas complementares fortemente relacionadas que se modificam mutuamente no processo de letramento e a escrita transforma a fala e a constituição da fala letrada influencia a escrita. E, por fim, observamos que as crianças chegam à escola com conhecimentos e significados diversos, similar às atividades de ler e escrever, e para o alfabetizador, é importante saber como a criança se situa em relação à palavra escrita, qual o significado dado a ela com relação à sua família e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M.B.M. 1992. *Os estudos linguísticos e a aquisição da escrita*. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM, Porto Alegre, 1992. Anais..., Porto Alegre, CEAAL/PUCRS, p. 5-49.

BAMBERGER, Richard. Como incentivar o hábito de leitura. São Paulo: Ática, 1988.

BRASIL. *PCNS-Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa, Primeiro e Segundo Ciclo*/Ministério da Educação. Secretária da Educação Fundamental. Brasília; MEC, SEB, CIDEI, 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, DF, 2017.

CAFIERO, Delaine. *Leitura como processo: caderno do professor* / Delaine Cafiero: - Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e Linguística*. São Paulo: Scipione, 2003.

CARMINATTI, S; BORGES, M. *Perspectivas da avaliação da aprendizagem na contemporaneidade*. Est. Aval. Educ. São Paulo, maio/ago, 2012.

COSTA, Rita de Cássia Maia e Silva. *O desejo da escrita em Italo Calvino: para uma teoria de leitura*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

DUTRA, Vânia L. R. *Abordagem funcional da gramática na Escola Básica*. Anais do VII Congresso Internacional da Abralín. Curitiba, 2011

FARACO, C. A. 2001. *Escrita e alfabetização*. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRO, Emilia. *Reflexões sobre alfabetização*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. *Medo e Ousadia no Cotidiano do Professor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GASPARIN, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GONÇALVES, Alba Lucia; LARC HERT, Jeanes Martins. *Avaliação da aprendizagem: Pedagogia*, módulo 4. Ilhéus, BA: EDITUS, 2011.

HADJI, C. *Avaliação desmistificada*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação desmistificada*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed.34, 1999.

KAUARK, Fabiana. *Metodologia da pesquisa : guia prático* /Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KLEIMAN, A. *Os Significados do Letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LERNER, D. *Ler e Escrever na Escola Real: o possível e o necessário*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIBÂNEO, José C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo*. Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, 1984

MARTINS, M. H. *O que é Leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MORESI, E. (Org.). *Metodologia de Pesquisa*. Universidade Católica de Brasília, 2003.

PADILHA, Simone de Jesus. *Ensinando a ler e a escrever com amor*. São Paulo: Novo Rumo, 2007.

PASTORELLO, Lucila Maria. *Leitura em voz alta e apropriação da linguagem escrita pela criança*. São Paulo: s.n, 2010.

PONTE, João Pedro Mendes da. *Investigar, ensinar e aprender*. Actas do ProfMat. Lisboa: APM, 2003. [http://www.educ.fc.ul.pt/Docentes/Jponte/Docs-Pt/03-Ponte\(Profmat\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/Docentes/Jponte/Docs-Pt/03-Ponte(Profmat).pdf)

SOARES, M. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto 2003.

SOLÉ, I. *Estratégias de leitura*. Trad. Cláudia Schiling. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VASCONCELLOS, Celso. *Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar*. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.